

EXCLUIR E ACUMULAR: AS FORMAS MATERIAIS DA SUBSUNÇÃO

Heron Albergaria de Melo*

RESUMO

No presente artigo se procura traçar uma linha crítica de análise das vias de conexão entre as alternativas de sobrevivência de grupos de excluídos e o processo de acumulação do capital que efetivamente os exclui. O objetivo é buscar evidenciar que a reconstituição dessas alternativas, como proposta de desenvolvimento social e econômico, exige uma tentativa de identificação e ruptura daquelas conexões.

ABSTRACT

The present article seeks to trace a critical line of analysis of the connection ways between alternatives of survival by groups of excluded and the process of accumulation of the capital that excludes them effectively. The objective is to search the evidence that the reconstitution of these alternatives, as a proposal of social and economic development, demands an attempt of identification and rupture of that connections.

* *Mestre em Análise Regional, Unifacs/Ba*

INTRODUÇÃO

Consta neste artigo uma tentativa de pôr em evidência algumas das determinações que a dinâmica da sociedade capitalista inflige sobre as alternativas de sobrevivência de grupos sociais por ela excluídos, tendo-se por premissa básica o fato de que a própria mecânica do sistema social se realimenta da exclusão que organicamente produz. O objetivo é instrumentalizar a crítica a um pensamento ortodoxo cujas habituais políticas de desenvolvimento sócio-econômico, principalmente em países periféricos como o Brasil, persistem em alardear múltiplas possibilidades de inclusão social, desconsiderando, de modo geral, a velocidade com a qual o sistema mundial exclui e, em particular, as singularidades da exclusão em suas próprias regiões¹.

Por tais razões, o estudo das alternativas de sobrevivência dos excluídos se projeta sobre os vínculos que existem entre o trabalho que esses grupos são compelidos a realizar para se manterem vivos e a função que é extraída desse trabalho pelo mecanismo de acumulação do capital. A base concreta sobre a qual opera essa extração é a apropriação progressiva dos meios de vida no planeta historicamente posta em curso pela expansão do sistema. Ou seja, trata-se da tendência ao total condicionamento da vida social não só daqueles indivíduos diretamente conectados ao sistema sócio-produtivo, mas, em decorrência do confronto entre a propriedade privada dos recursos e as necessidades de sobrevivência das pessoas, também de todos os demais.

O sentido de finalidade aqui, certamente, não será a desqualificação das alternativas de sobrevivência dos grupos de excluídos. Muito pelo contrário, trata-se de uma tentativa de pô-las em foco justamente como contraponto ao seu mais absoluto desprezo pelas análises econômicas ortodoxas, inclusive por aquelas que se propõem a sugerir estratégias de desenvolvimento.

A exposição está disposta de modo que, no primeiro ponto, estão apresentados os nervos históricos do tema; nos três pontos seguintes encontra-se uma fundamentação teórica; do quinto ao oitavo ponto, a abordagem empírica; por último, as observações finais.

O MOVIMENTO DA EXCLUSÃO E
EMPOBRECIMENTO

Uma releitura histórica do capitalismo, ou seja, que retome sua gênese, progressão e expressão contemporânea, revela que o modo da expansão capitalista determinou a brutalidade da exclusão social, e que a intensidade e extensão desta, por sua vez, ditaram aos grupos excluídos a urgência na busca de alternativas de sobrevivência. Resulta desse ângulo de abordagem o entendimento de que a aceleração do empobrecimento, a multiplicação das alternativas de sobrevivência e o interesse pela reconstituição dessas alternativas são reflexos do mesmo movimento, diga-se, são manifestações diversas da sociabilidade do capital segundo seus rebatimentos regionais.

No que se refere à progressão histórica do capitalismo, caiu por terra a ilusão de que o principal dilema das sociedades gravitava em torno das perspectivas de se compensar a taxa de crescimento populacional pela taxa de crescimento econômico, enfim, de adaptar a disponibilidade e o uso dos recursos às necessi-

¹ Em artigo anterior, buscamos analisar as propostas de reconstituição das alternativas de sobrevivência em sua procura por revitalizar princípios e iniciativas que se combinem no combate à aceleração do empobrecimento econômico e exclusão social. Ver "Economia Solidária e a Reconstituição das Alternativas de Sobrevivência". In Revista Bahia Análise & Dados. Retrospectiva 2004 e Perspectiva: Desenvolvimento Regional. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), vol.14, n.3, p.521-534, 2004.

dades dos conjuntos sociais². O crescimento gritante da pobreza mundial ao logo do tempo acabou revelando que a acumulação do capital, ou seja, o próprio mecanismo de crescimento econômico capitalista em si, induziu, por meio dos avanços técnicos da produção, uma absorção cada vez menor de indivíduos pelo sistema sócio-produtivo. Formou-se, portanto, um quadro evolutivo de pressão por postos de emprego e renda que debilitou as condições de vida e a capacidade de expressão política (defesa dos próprios interesses) de grande parcela da população mundial³.

Ao serem expulsos do circuito direto da produção social, ou impedidos de nele se inserirem, os excluídos engrossam um contingente humano para o qual os requisitos da sobrevivência passam a vir sempre acompanhados da precarização das condições de trabalho, da perda de direitos sociais e, com frequência, de marginalização e violência. A “flexibilização” mundial das legislações trabalhistas e as, também mundialmente conhecidas, “terceirizações” são, por exemplo, formas contemporâneas de arrebatamento de direitos sociais daqueles que sobrevivem trabalhando. Tais artifícios driblam conquistas específicas de categorias organizadas de trabalhadores e, até mesmo, a legislação trabalhista, para reduzir os custos da força de trabalho ao capital. Assim, reafirmando aquilo que há muito foi sinalizado por Marx, o dilema social continua convergindo para a forma como estão socialmente estruturadas a produção econômica e a respectiva distribuição de seus resultados por entre os estratos de cada sociedade.

No que se refere à expressão contemporânea do capitalismo, a insistência milenar das sociedades na busca frustrada por uma reserva (ou medida) invariável de valor e a própria expansão do sistema capitalista levaram o capital à sua fase financeirizada⁴, que reforçada pelo temor da bancarrota generalizada das crises cíclicas no sistema fez deslanchar, logo após a crise de 1929, o circuito de acumulação financeira da riqueza mundial. Sua lógica, hoje, se assemelha à das populares correntes pirâmides que, vez por outra, se espalham pelo Brasil, nas quais só é possível sair do jogo obtendo algum ganho enquanto existam, de maneira simultânea, tantos outros querendo entrar nele, e, na hipótese de ocorrerem expectativas negativas quanto a novas entradas, a corrente inevitavelmente se quebra. Essa lógica fundamenta a histeria com a qual tanto se dá atenção, na atualidade, às expectativas dos agentes financeiros. Esse jogo - que é coordenado pela rede de bancos centrais dos diversos países (capitaneados pelo Banco Central norte-americano), como um reflexo dos movimentos do grande capital - consiste em conservar e “valorizar” a riqueza que está sob a forma-dinheiro, ajustando, a qualquer custo, em suas moedas, ativos e balanços de pagamentos nacionais, as oscilações que ocorrem no mercado internacional com o valor do dólar, que é, ainda hoje, a referência financeira mundial de valor⁵. Postos em prática por políticas econômicas de estabilização monetária, tais esforços para proteger a

² *Contribuições de Thomas Malthus até seus seguidores.*

³ *Nas palavras de Bengoa (sociólogo chileno que foi membro da Subcomissão para Promoção e Proteção dos Direitos Humanos e presidente do Grupo de Estudo de Extrema Pobreza e Direitos Humanos da ONU), embora as organizações financeiras internacionais apresentem, na atualidade, estatísticas de diminuição da pobreza mundial, fato unicamente respaldado no crescimento econômico recente da China e da Índia, no resto do mundo a pobreza apenas cresce (Folha de São Paulo, 14/03/05). Vale acrescentar o fato de a própria China haver demonstrado recentemente, em seu 11º Plano Quinquenal, graves preocupações com os problemas de desigualdade social os quais se intensificaram em seu território nos últimos anos, concomitantemente ao seu expressivo crescimento econômico.*

⁴ BRAGA, J.C.S. *Financeirização global: o padrão sistêmico do capitalismo contemporâneo.* In: TAVARES e FIORI (1997).

⁵ *Conforme Tavares (1997), a oferta de dólares no mercado internacional promovida pelo déficit comercial dos EUA deprime seu valor em relação às demais moedas, fazendo surgir em outros países políticas compensatórias que visam “enxugar” o dólar do mercado. Políticas de juros altos, exigência de superávits cambiais, metas de controle inflacionário, empréstimos internacionais etc. são medidas que visam capturar dólares deglutindo nacionalmente o excesso de sua oferta pelos EUA e favorecendo a estabilização do seu valor como referência financeira internacional. Ou seja, o poder de implementar tais políticas revela a magnitude dos interesses econômicos que estão denominados nessa moeda.*

riqueza-dinheiro das suas oscilações de valor produzem, ao longo do tempo, uma brutal transferência de renda dos menos favorecidos aos mais favorecidos, das regiões mais pobres para as mais ricas, já que sua premissa básica é, evidentemente, a propriedade do dinheiro.

No Brasil, combinada com uma das mais pervertidas distribuições de renda no Planeta, parte desse circuito financeiro de "valorização" do dinheiro se conecta com o financiamento do consumo das famílias, tornando-o acessível, também, a populações de baixa renda mediante elevadíssimas taxas de juros praticadas por bancos, cartões de crédito, agiotas, financeiras populares, *factorings*, comerciantes varejistas de grande porte etc., de forma que, ao contrário das aparências, há juros em quase tudo. Sem a necessidade de modificar a quantidade de empregos ou a massa salarial, o parcelamento das vendas é um dispositivo para manter a circulação das mercadorias, etapa fundamental do processo de acumulação. Já que os pobres foram impedidos de acessar uma parcela maior da produção social pela via do emprego e da renda salarial, o sistema "gentilmente" lhes providencia esse acesso por meio dos juros⁶. Assim, empobrecendo cada vez mais, os pobres vivem pagando juros, transferindo continuamente parte da sua renda aos ricos e contribuindo para conservação da riqueza destes.

A IRREVERSIBILIDADE COMO IDENTIDADE DO PROBLEMA

Diante dessas circunstâncias, o manejo com instrumentos críticos das questões relativas à pobreza, exclusão e alternativas de sobrevivência já exige adotar como perspectiva a irreversibilidade desses fenômenos, o que significa admitir que não há mais sentido em manter esperanças na inserção de grupos excluídos ao sistema dominante. No entanto, isso não significa dizer, em hipótese alguma, que a vida dos grupos excluídos pode ser avaliada de modo autônomo, como se fosse algo desvinculado do processo social que modela a sociedade na qual vivem. Vale ao menos lembrar que, na sociedade do capital, tudo o que é essencial à sobrevivência humana - a água, os alimentos, a energia elétrica, o vestuário, a moradia, o trabalho doméstico etc. - é, paulatinamente, convertido em mercadoria, e, portanto, de uma forma ou de outra, estará conectado ao circuito da acumulação capitalista⁷.

Dentro desses parâmetros, se relativizam em algum grau as distinções conceituais para o mosaico de alternativas de sobrevivência desenvolvidas pelo contingente social excluído. Seja na forma de movimentos sociais, de economia "informal", de economia popular, de economia solidária e, até mesmo, na forma de atividades ilegais ou do crime etc., sua dinâmica é plasmada pelos ditames do movimento excludente da acumulação capitalista. O contexto das alternativas de sobrevivência é a resistência incessante pela qualidade de vida, o anverso do mecanismo da exclusão, e, justamente por isso, a contraposição a tal mecanismo favorece o estudo desses fenômenos⁸. Assim como ocorre com os negativos fotográficos, em que o conteúdo se revela na contraposição à luz, é perante os dita-

⁶ *Funciona assim: um grande banco disponibiliza a linha de crédito para os varejistas do dinheiro em sua posse. Por sua vez, os varejistas repassam a opção de financiamento para sua clientela, que, em parcelas suaves e, muitas vezes, "sem a necessidade de comprovação de renda", incorrerá em juros violentíssimos nas suas compras. Os juros pagos serão divididos entre o banco e seus varejistas. O risco de inadimplência já compõe as taxas de juros cobradas.*

⁷ *Não obstante, não se pode deixar de registrar a relevância do depoimento de muitos autores para os quais a fronteira da discussão sobre a pobreza alcança as raízes dos valores e da ética construídas ao longo do processo civilizatório do chamado mundo ocidental. Fernando Pedrão, Boaventura de Sousa Santos e José Arthur Giannotti são alguns exemplos.*

⁸ *De que forma avaliar, por exemplo, a alternativa das gambiarras (os "gatos") nas redes de energia elétrica, muito comum em bairros pobres das cidades brasileiras, sem passar pela sua importância na vida doméstica? Seria admissível supor que, por não poderem arcar com seus respectivos custos, as pessoas não deveriam dispor desse recurso fundamental em seus lares?*

mes do sistema, em contraposição às condições históricas que determina, donde se revelam as referências para o estudo das alternativas de sobrevivência. Como disse Santos (2002), a viabilidade das alternativas de sobrevivência depende da sua capacidade de resistência no contexto de domínio do capital. Isso porque, quaisquer que sejam as características que distingam a variedade dessas alternativas, o comportamento reativo dos grupos excluídos aos efeitos excludentes do capitalismo é seu denominador comum, inclusive naqueles casos em que há componentes de violência⁹.

É bem verdade que o empobrecimento e a exclusão antes se revelaram não como conseqüências mas como pré-condições do capitalismo, pois é sabido que os pré-requisitos da formação capitalista se deram por meio de processos históricos essencialmente excludentes.¹⁰ Mas não é essa a relação que no momento nos interessa, pois partimos agora de grupos sociais cuja exclusão decorre da própria lógica do capital. O problema, pois, não está mais em lembrar porque o funcionamento do sistema capitalista hospeda o germe produtor da exclusão e do empobrecimento, mas em procurar focalizar os mecanismos pelos quais a exclusão e o empobrecimento são usufruídos para realimentar o funcionamento do sistema extrator de trabalho não pago e promotor de exclusão. Desse modo, a tentativa, aqui, é colocar em evidência o modo pelo qual o capital opera extraíndo trabalho do contingente populacional que ele mesmo exclui, de forma a baratear o custo-de-reprodução-da-força-de-trabalho (representado nos salários e encargos sociais) e baratear as despesas nas quais incorre para converter mais-valia em dinheiro (o lucro realizado na venda das mercadorias); duas formas específicas desse mecanismo de realimentação.

A EXCLUSÃO SOCIAL EM SUA TOTALIDADE

Antes de avançar no estudo de alternativas de sobrevivência organizadas em iniciativas econômicas específicas, faz-se necessário abordar o problema da realimentação do capital em seu aspecto mais amplo, ou seja, como um mecanismo que atinge a totalidade do contingente excluído. Com referência em Pedrão (2005), a aplicação da noção de totalidade nos indica que a exclusão social, como hoje a vemos, é o desdobramento complexo de diversos processos de exclusão que há muito estão em curso, e que prosseguem em curso. Assim, no Brasil, a composição atual dos grupos de excluídos é um desdobramento dos processos de formação e dispersão dos agrupamentos indígenas, das senzalas e dos quilombos, dos colonos, das aldeias de pescadores, da população dos sertões, da caatinga etc., em suas conexões com a formação dos bairros pobres e favelas das grandes cidades brasileiras¹¹.

Dentro dessa totalidade é importante assinalar que não há relação excludente entre a variedade de alternativas de sobrevivência dos grupos excluídos, ou seja, as alternativas ao seu alcance não se excluem mutuamente, nada impedindo, por exemplo, de encontrarem-se indivíduos participando, de maneira simultânea, das ramificações do tráfico de drogas e de iniciativas solidárias desenvolvidas em sua própria comunidade. Há, desse modo, grande complexidade no que se refere ao conjunto de imbricações entre os comportamentos reativos des-

⁹ Vale atentar para o fato de que, no movimento geral da exclusão, existem ingredientes que vitimam, predominantemente, determinados grupos sociais além dos demais (negros, índios, mulheres, deficientes etc.), determinadas regiões além das demais (países pobres). Há, portanto, uma irradiação desigual de seus efeitos.

¹⁰ Ver, por exemplo, o capítulo sobre a "Acumulação Primitiva" em *O Capital*, de Marx, Livro I, vol:2, p.828.

¹¹ Para uma abordagem completa dessa totalidade seria necessário expor aqui a ligação entre tais formas sociais historicamente assumidas pelos grupos de excluídos ao longo da formação e expansão capitalista no Brasil, algo que ultrapassa os objetivos imediatos do presente artigo. Algumas referências podem ser encontradas em "O Povo Brasileiro" de Darcy Ribeiro.

ses grupos; e sendo assim, a análise aqui proposta parte de atividades específicas desenvolvidas por indivíduos excluídos e não, inversamente, dos indivíduos excluídos quaisquer que sejam as atividades que desenvolvam.

Sendo a subsunção do trabalho de grupos excluídos no processo de acumulação capitalista o tema aqui em apreciação, importa agora precisar qual seria enfim a efetiva aplicabilidade do termo exclusão. Seria contraditório admitir que esses mesmos grupos situem-se numa posição excluída de funcionalidade para o sistema sócio-produtivo. Então, temos exclusão de onde? Ora, o excluído não vive à parte da sociedade capitalista, mas sim cumprindo uma função social extremamente desfavorável na dinâmica de seu mecanismo. Assim, a exclusão que, na realidade, os vitima é aquela que perverte suas condições materiais de sobrevivência em relação à de outros grupos sociais. Ou seja, é aquela que subverte seus direitos de vida e de cidadania em relação a esses outros grupos, e que acaba por enfatizar que a pobreza e a exclusão são, essencialmente, caracterizadas pelas relações sociais entre os indivíduos e não pela mera relação entre os indivíduos e os recursos. Existem pobres porque existem ricos, o que é uma questão de propriedade dos meios de produção e distribuição da renda (o *ticket* que dá acesso a uma parcela da produção social), e existem excluídos porque existem incluídos, o que é uma questão de acessibilidade a direitos sociais.

SUBSUNÇÃO E EXPLORAÇÃO

Feitas essas breves considerações, uma retomada mais específica do problema denota que o processo de acumulação do capital extrai benefícios, em primeira instância, da existência de um contingente populacional por ele mesmo excluído e, em segunda instância, do trabalho que esse contingente realiza. No primeiro caso, o favorecimento da acumulação se dá por se constituir esse contingente de pessoas em *exército de reserva*, ou seja, em um contingente populacional que se encontra "inativo", embora possa estar apto a ainda ser integrado em algum segmento da engrenagem produtiva¹². Essa situação favorece toda espécie de pressão sobre o trabalhador formalmente empregado e, ainda, possibilita o rebaixamento geral dos níveis salariais em decorrência da abundância de oferta de trabalhadores no mercado de trabalho. Há, desse modo, duas questões muito conexas - uma ligada ao domínio e outra ligada à exploração. Força de trabalho disponível em fartura é, também, uma pré-condição da acumulação capitalista, a qual se manifesta de modo mais notório em momentos nos quais ocorrem surtos de crescimento econômico, em que a implantação de novos projetos industriais, comerciais e de serviços a exige. A expansão do capitalismo na China, que vem impulsionando a dinâmica da acumulação mundial na atualidade, é exemplo. Não nos deteremos a essas situações.

No segundo caso, objeto aqui de análise, é o trabalho realizado pelos grupos excluídos que realimenta o mecanismo da acumulação. O princípio básico que rege essa relação de subsunção resulta do fato de que, na sociedade do capital, todo e qualquer tipo de trabalho que não é pago (ou é irrisoriamente pago) se converte, por vias diversas, em fonte de *mais-valia*, a origem concreta do lucro capitalista. A partir de Marx sabemos que a *mais-valia* tem origem na diferença entre a duração completa da jornada social de trabalho e as porções dessa jornada que são necessárias à reposição material do que é consumido pelo sistema produtivo (matérias-primas, insumos, ferramentas, máquinas etc.) e do que é consumido para subsistência e reprodução da capacidade de trabalhar da sociedade

¹² O choque se dá entre a velocidade da exclusão nas regiões (com simultânea elevação da exigência por qualificação nos postos de emprego remanescentes) e as possibilidades de re-qualificação e re-colocação por parte dos grupos excluídos. Assim, há dois pontos a explorar: primeiro, que o exército de reserva é um contingente de pessoas de qualificação extremamente heterogênea; e segundo, que existe uma relação entre o tamanho de cada segmento de excluídos (divididos por essas qualificações) e o tamanho das possíveis ocupações em suas regiões às quais ainda poderiam ser candidatos, quer dizer, sem considerar os custos de uma emigração.

(o custo-de-reprodução-da-força-de-trabalho: alimento, vestuário, moradia, qualificação etc.). É do valor gerado nesse saldo de tempo (ao qual corresponderia uma fração da produção social) donde provém o lucro. Assim, as vias de realimentação aqui tratadas revelam-se um verdadeiro instrumental escamoteado da própria exploração capitalista.

ESFERA DOMÉSTICA E AS VIAS DA REALIMENTAÇÃO

Lidamos com duas vias de realimentação da acumulação capitalista por intermédio da exclusão social: o barateamento, para o capital, dos salários e encargos sociais nos quais precisa incorrer para manter aptos os trabalhadores e suas famílias (o custo-de-reprodução-da-força-de-trabalho); e o barateamento de despesas necessárias às vendas das mercadorias com as quais realiza (transforma em dinheiro) seus lucros.

Cabe notar, inicialmente, que o limite mínimo para os salários e encargos sociais sofre reflexo direto de um conjunto de necessidades que se manifestam nos domicílios das pessoas, ou seja, em suas *unidades domésticas*¹³. Como necessidades internas nas unidades domésticas nos referimos, aqui, aos requisitos mais básicos da sobrevivência e reprodução humana. Na economia capitalista, esses requisitos - os alimentos, por exemplo - foram progressivamente convertidos em mercadoria e, por isso, precisam ser adquiridos com renda no mercado¹⁴. Mas, para além da existência física do alimento e da disponibilidade de renda para comprá-lo, o ato de se alimentar exige o deslocamento para a realização das compras, o transporte do alimento de volta ao domicílio e, ainda, o seu preparo para o consumo (em se tratando dos bebês, conta ainda o próprio ato de alimentá-los). O mesmo acontece com o vestuário que, depois de produzido e comprado, precisa ser, periodicamente, lavado, enxugado, passado a ferro, reparado e guardado; ou com os domicílios que, depois de construídos e adquiridos, precisam ser limpos, de tempo em tempo restaurados, e ter seu lixo diariamente encaminhado.

Tais categorias de necessidades domésticas podem ser atendidas por meio da renda (com a qual se paga o trabalho necessário), por meio do trabalho diretamente realizado por membros da unidade, ou por uma compensação de trabalhos realizados por membros de diferentes unidades domésticas. Quando determinada necessidade na unidade doméstica é atendida por meio da renda (com a remuneração de serviços domésticos) ocorre uma espécie de liberação de tempo para os indivíduos ali residentes, os quais passam a poder realizar uma outra tarefa na unidade ou então dedicar-se a obter renda adicional fora dela. Enfim, libera-se força de trabalho. Quando a necessidade é atendida por trabalho (como no ato de cozinhar) ocorre uma compensação da renda, que, de modo análogo, libera uma fatia da renda indispensável à unidade. Há, também, a possibilidade de compensações entre necessidades de diferentes unidades domésticas, a exemplo das lavanderias e creches comunitárias, onde ocorre uma permuta direta de trabalho que, em certa medida, funde tais unidades.

Evidentemente, em se tratando de sociedades de classes, muitas unidades domésticas não logram poder atender suas necessidades básicas, o que produz um estado de extrema miséria. Contudo, isso não altera o fato de que, indepen-

¹³ *Unidade doméstica é um conceito antropológico que diz respeito ao agrupamento de pessoas, sejam familiares ou não, que vivem numa estrutura baseada na cooperação e dependência recíproca (CORAGGIO, 2000), portanto, que compartilham tarefas indispensáveis a sua sobrevivência, desde a obtenção da renda até a realização dos afazeres domésticos, dispoendo do mesmo orçamento para subsistência, habitação, transporte, lazer etc.*

¹⁴ *Essa renda se subdivide em salários, lucros, renda fundiária e juros. Qualquer outra fonte de renda é derivada de alguma dessas fontes primárias. Os impostos e os benefícios previdenciários, por exemplo, têm sua origem na retenção de parcela de todas essas formas de renda. Por outro lado, o roubo é um deslocamento forçado da posse de determinada forma de renda.*

dentemente da classe social na qual estejam posicionadas, essas modalidades de trabalho sejam essenciais a todas as unidades domésticas, portanto, que se trate de necessidades sociais. O fato de que para certos estratos sociais de renda essas tarefas domésticas sejam realizadas mediante remuneração, por pessoas estranhas à unidade, não altera a circunstância. Ocorre apenas uma espécie de transferência que cria, de um lado, a necessidade de substituir no desempenho das tarefas domésticas, em suas unidades de origem, aqueles que trabalham fora de suas respectivas unidades, e do outro, como já vimos, a liberação da força de trabalhos¹⁵.

Desse ponto de vista, é possível assinalar que a unidade explorada pelo capital ultrapassa os limites afixados ao trabalhador individualmente considerado no âmbito das empresas, para se condensar, de modo mais amplo, em todo o trabalho que é necessário à sobrevivência na unidade doméstica da qual o trabalhador assalariado é integrante. Desse modo, o trabalho realizado nos domicílios (como também aquele que lhes é prestado) é, também, trabalho dedicado ao sistema. Em resumo, é a família (ou a unidade doméstica) do trabalhador a célula básica explorada pelo capital, o que a coloca definitivamente em uma situação de classe¹⁶. Portanto, há coerência na adoção de um custo-de-reprodução-da-unidade-doméstica se levarmos em conta, também, que parte dos bens adquiridos com o salário é consumida pelos integrantes não assalariados da unidade, os quais, em compensação, de algum modo contribuem com seu trabalho para sustentação da unidade doméstica do trabalhador assalariado.

TRABALHO DOMÉSTICO E REBAIXAMENTO SALARIAL

Esse profundo entrelaçamento entre as necessidades do trabalhador assalariado e o trabalho necessário em sua unidade doméstica cria a primeira das vias de conexão entre o mecanismo de acumulação do capital e o trabalho de grupos excluídos: o rebaixamento dos níveis salariais. Importa saber de que forma o trabalho realizado no âmbito das unidades domésticas, como também aquele que a elas é prestado, barateia os salários que o capital tem que pagar à sua força de trabalho. Esse efeito surge do fato de que parte significativa das necessidades de subsistência do trabalhador assalariado, precisamente aquela parcela que se manifesta em sua unidade doméstica, é satisfeita com trabalho não remunerado (ou remunerado em níveis muito baixos), o que permite que os salários desses trabalhadores sejam menores do que se assim não o fosse. Existe, dessa forma, uma articulação entre a produção capitalista e as formas subordinadas de produção, de modo a transferir para estas parte do custo de reprodução dos trabalhadores assalariados (PEDRÃO, 1996). As empresas capitalistas podem, por consequência, ter seus custos salariais reduzidos sem ameaçar a subsistência e a reprodução dos trabalhadores, já que dispõem, indiretamente, do trabalho realizado nas unidades familiares dos seus assalariados¹⁷. Os salários podem ser mais baixos porque as famílias dos trabalhadores assalariados não precisam utilizá-los para atender a muitas das necessidades de subsistência que se expressam na esfera doméstica¹⁸. Em resumo, todo esse barateamento salarial para o capital (que produz o aumento imediato da mais-valia) se torna possível porque o traba-

¹⁵ Embora haja aparente supremacia das mulheres na realização do trabalho doméstico, a divisão desse trabalho por gênero não é a tônica do problema aqui abordado, já que não interfere na relação de subsunção entre a exclusão social e a acumulação do capital.

¹⁶ OLIVEIRA, F. de. Salvador: os exilados da opulência (expansão capitalista numa metrópole pobre). In: FARIA e SOUZA, 1980.

¹⁷ CARVALHO E SOUZA. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: FARIA e SOUZA, 1980.

¹⁸ JELIN, E. A baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. In: FARIA e SOUZA, 1980.

lho necessário nas unidades domésticas tende a ser realizado por grupos excluídos, quer dizer, sem direitos e, muitas vezes, sem qualquer remuneração. Como nos diz Oliveira (2003), as tarefas realizadas à base de pura força de trabalho e remuneradas a níveis baixíssimos transferem valor, permanentemente, para as atividades de corte capitalista, gerando mais-valia.

O chamado trabalho doméstico é o mais importante componente desse efeito. Criando o que Marx chamou de valores-de-uso¹⁹ - que é a produção de utilidades -, nas unidades domésticas são realizadas tarefas como a aquisição de bens (ato de ir às compras), o preparo do alimento, a limpeza e manutenção do domicílio, a destinação do lixo, a lavagem, secagem, passagem a ferro e o reparo de roupas, a amamentação e o cuidado com os recém nascidos e com as crianças, a condução das crianças entre a casa e a escola, o cuidado com os idosos, o cuidado com os doentes, o corte de cabelos e unhas, muitas vezes até a própria construção e reforma da moradia etc.

Como já destacado, a presença da mulher é preponderante na execução de muitas dessas tarefas; assim, em regiões onde o trabalho doméstico é muito caro (de modo geral, nos países ricos), a mulher é mantida em casa na medida em que os valores-de-uso que ela cria com todo seu trabalho doméstico são superiores à renda que ela poderia obter no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 1980). Em outras palavras: o que a unidade doméstica arcaria pagando a terceiros por todo o trabalho doméstico do qual necessita é de valor superior à renda adicional que poderia ser obtida pela mulher quando liberada para o mercado de trabalho. O mesmo acontece, evidentemente, quando a unidade doméstica não conta com qualquer disponibilidade de renda que a possibilite pagar pelo trabalho de terceiros. Por outro lado, em regiões onde, por razões históricas, o trabalho doméstico é muito barato (como no Brasil), a baixa representatividade do pagamento desse trabalho no orçamento domiciliar permite, a partir de determinada faixa de renda, a contratação de terceiros e a simultânea liberação da mulher. Tal situação ocorre mesmo nos casos em que sua expectativa de renda no mercado de trabalho seja inferior ao valor pago pela realização de todo o trabalho doméstico necessário; ou até em circunstâncias nas quais, até mesmo quando liberada pelo trabalho de outra pessoa, a mulher permaneça na própria unidade sem obter renda²⁰.

Existem outras modalidades de trabalho realizado nos domicílios que produzem o mesmo efeito de rebaixamento salarial. Por exemplo, a produção simples de mercadoria, como é o caso dos "geladinhos"²¹ em muitos bairros pobres em Salvador-BA. Nesses casos, juntamente com todo o trabalho doméstico que é realizado no domicílio, se dá a produção de mercadorias que são vendidas a valores muito baixos como forma de obter renda. E assim, como também acontece com as tarefas domésticas, trabalho muito pouco remunerado contribui com a sobrevivência na unidade doméstica do trabalhador, o que possibilita ao capital pagar-lhe salários mais baixos. Em unidades domésticas onde não há assalariados, como em grande parte dos bairros pobres das cidades brasileiras, a produção simples de mercadoria funciona como instrumento de redistribuição da renda entre os próprios pobres ao repartir o pouco de que alguns dispõem para contribuir com a sobrevivência dos outros. É o "jogo de soma zero" do qual nos avisa Vilmar Faria (1980).

Também provoca essa mesma ordem de efeitos toda espécie de trabalho que substitui aquele necessário nas unidades domésticas, como o dos vendedores ambulantes de lanche, de refeições, de água, de cafezinho etc., ao longo do

¹⁹ Categoria derivada de Aristóteles, que discernia as duas maneiras de se utilizar dos bens: o uso (valores-de-uso) e a troca (valores-de-troca).

²⁰ Há de se convir a existência da comumente chamada "jornada dupla", em que a mulher se divide entre o trabalho realizado fora de sua unidade (como forma de obter renda) e aquele realizado em sua própria unidade doméstica, e que consiste numa superexploração da mulher. O fenômeno aqui estudado ocorre na etapa doméstica da jornada dupla.

²¹ Pequenos sorvetes acondicionados em sacos plásticos.

circuito que o trabalhador percorre entre seu domicílio e o local onde trabalha²². Em muitos casos (como na construção civil), é por meio deles que provém parte das refeições diárias do trabalhador durante sua jornada de trabalho. A feitura e a distribuição desse alimento, tarefas fundamentais às necessidades diárias do trabalhador assalariado que deles faz uso, também se tratam de trabalho realizado usualmente por grupos excluídos e com remuneração muito baixa, o qual é prestado diariamente e pago, muitas vezes, apenas ao final do mês, e que alivia esse ônus dos custos salariais do capital, que assim continua podendo pagar salários mais baixos. O mesmo acontece com as variadas espécies de prestação de serviço às unidades domésticas, as quais consistem em extensões do trabalho doméstico, como é o caso das entregas a domicílio, dos verdureiros, dos encanadores, dos eletricitistas, dos vassoureiros, dos carros de frutas, das costureiras, dos marceneiros, dos barbeiros, cabeleireiras e manicures, dos reparadores de eletrodomésticos etc. Estabelecido pelo capital, ocorre aí um tipo de confronto entre trabalhadores - entre aquele que presta o serviço ou que vende a mercadoria (e que vive na "informalidade") e aquele que paga (e que recebe salário) -, de modo que a magnitude do preço pago favorece a um deles, porém penalizando o outro. Configura-se, dessa forma, em mera redistribuição da renda que viabiliza a vida de excluídos com parcela da renda de trabalhadores assalariados, e, por outro lado, contribui para sobrevivência dos assalariados com o trabalho mal remunerado dos excluídos (a exemplo dos serviços de reparo prestados por grupos excluídos que economizam a parcela da renda dos assalariados que seria utilizada na compra de novos bens). O trabalho dos excluídos, assim, favorece indiretamente o mecanismo da acumulação ao preservar a renda familiar do trabalhador assalariado (PEDRÃO, 1996).

Ainda com relação às necessidades que se manifestam nas unidades domésticas, cabe assinalar o efeito barateador exercido pelo *fundo público* (OLIVEIRA, 1998), que é a fração da renda social recolhida e redistribuída a uma parte da sociedade na forma de benefícios, e que é muito representativa para a sobrevivência dos pobres. Subtraídos da renda, seja na forma de tributos/encargos sociais (recolhidos pelo Estado) ou na forma de poupança (nos demais casos, como doações etc.), os recursos do fundo público funcionam "socializando" parcela expressiva dos custos de sobrevivência dos trabalhadores excluídos, como é o caso dos programas de benefícios sociais como o Bolsa-Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Seguro-Desemprego, a Previdência Social, e, também, os fundos das ONG's, que, enfim, são comuns no mundo capitalista. Tendo em conta que parte desses recursos é constituída por alíquotas recolhidas ou poupadas dos salários, conclui-se que, onde se lê "socializar", entende-se repartir os custos de sobrevivência dos excluídos com porção da renda do trabalhador assalariado.

DIRETAMENTE DAS RUAS PARA O CAPITAL

De modo análogo, destaca-se o segundo ramo de conexões entre a exclusão social e a realimentação da acumulação capitalista, o qual se materializa por meio do trabalho que o contingente excluído realiza ao revender mercadorias industrializadas. Por baratear ao capital as despesas de venda dessas mercadorias e viabilizar sua circulação, essa espécie de trabalho acaba por desempenhar uma tarefa fundamental à dinâmica da acumulação. É o caso dos camelôs, dos barraqueiros, das bancas de revista, dos vendedores ambulantes nas ruas, praças, feiras-livres, praias, estádios, semáforos, pontos de ônibus, passarelas, estações rodoviárias etc. Comercializando alimento, perfume, cerveja, refrigerante, água mineral, sorvete, maços de cigarro, jornais, revistas, artigos de uso doméstico,

²² Referimo-nos aqui ao trabalhador assalariado. Trabalhadores excluídos, muitas vezes, desenvolvem alternativas de obtenção de renda em sua própria unidade doméstica.

pilhas elétricas, relógios etc., o efeito de realimentação que proporcionam é mensurável por meio do volume de vendas e da superação das dificuldades de venda das mercadorias industrializadas, que não seriam factíveis sem esse tipo específico de trabalho. Como não produzem tais mercadorias, os grupos excluídos revendem através do mercado informal aquela parte dos estoques industriais que lhes é encaminhada, enquanto outra parte é direcionada ao mercado formal.

Numa vertente, o trabalho mal remunerado de distribuição a varejo (que abrange o transporte e a venda dos artigos) possibilita o acesso de camadas diversificadas de consumidores a essas mercadorias, e noutra, as alternativas como a venda a fiado e a venda a retalho, que constituem modalidades de financiamento das vendas²³, potencializam o consumo. Tanto numa hipótese como noutra, os baixos ganhos da atividade de revenda aliviam dos custos do capital o ônus de sua realização. Por intermédio de Oliveira (2003) sabemos que o baixo nível desses ganhos significa que uma parcela dos custos de comercialização das mercadorias é subtraída dos custos internos de suas cadeias produtivas, razão pela qual reforçam o itinerário da acumulação capitalista.

Se não contassem com tais espécies de venda a varejo de suas mercadorias, as empresas que as produzem teriam que destinar maiores recursos às vendas. A venda de muitas dessas mercadorias e, portanto, o retorno ao capital da mais-valia em sua forma-dinheiro (o lucro), encontraria verdadeiros gargalos se não encontrasse a seu dispor o trabalho de revenda daqueles que não recebem salários pelo que fazem, mas que, graças às condições sociais às quais estão expostos, se submetem à baixa remuneração e ausência de direitos. E, uma vez mais, o preço pelo qual o consumidor adquire tais mercadorias funciona como instrumento de redistribuição da renda entre aqueles que acabam se colocando em confronto no momento da comercialização.

DOMINAÇÃO E USO DA SOLIDARIEDADE

As relações acima enfatizadas oferecem alguns elementos para análise da subsunção dos conjuntos de alternativas de sobrevivência no processo de acumulação do capital. Referimos-nos, aqui, àqueles conjuntos de iniciativas que são formas organizativas dos grupos de excluídos e que têm em comum a resistência aos efeitos da exclusão por meio de práticas sociais de base solidária. As cooperativas, as empresas autogeridas pelos trabalhadores, as associações comunitárias, as associações de microcrédito, os clubes de troca, as compras solidárias etc., são exemplos concretos dessas formas de organização, e, do mesmo modo, suas conexões com o mercado capitalista estabelecem canais de extração de mais-valia com os quais acabam por beneficiar o mecanismo de acumulação do capital.

Vejamos o caso das cooperativas de catadores de lixo, iniciativa que está sempre em voga nos debates sobre as alternativas de sobrevivência da atualidade. A presença em todo o mundo de grupos excluídos que sobrevivem da recuperação de materiais recicláveis comprova o caráter global da exclusão social²⁴.

Com os catadores de lixo acontece algo similar aos pescadores, artesãos, pequenos agricultores, catadores de mariscos etc. que necessitam vender o produto de seu trabalho a lojistas, a restaurantes e bares, a redes de supermercados, a atacadistas ou a outros agentes intermediários cuja situação econômica é muito superior à deles. Ao realizarem o trabalho de coleta e seleção de lixo das ruas, dos aterros sanitários, das lixeiras residenciais, dos lixos das empresas etc., os cooperados criam um valor econômico cuja forma final se materializa nos obje-

²³ Por exemplo: na venda de cada unidade de cigarro, o retalhista recebe em pequenas parcelas o valor referente ao maço cujo fornecimento pagará por inteiro. Pouco importa que o consumidor a quem venda não seja o mesmo indivíduo, o fato é que cada maço lhe será pago em diminutas prestações. Por isso, a prática é imputar acréscimos no valor unitário de cada cigarro vendido "a retalho", os quais funcionam como juros pelo financiamento da venda do maço por inteiro.

²⁴ RODRÍGUEZ, C. *À procura de alternativas econômicas em tempo de Globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia*. In: SANTOS, 2002.

tos seletos de metal, plástico, papel etc. a serem fornecidos a empresas que os reutilizarão em novos processos produtivos. Ao pagarem muito pouco pelos materiais que adquirem, muitas vezes ainda com a intermediação de terceiros (o que implica ainda em maior exploração), essas empresas acabam se apossando de grande parte do trabalho dos cooperados, os quais se encontram em condições sociais extremamente desfavoráveis às negociações. Pois, sobrevivendo daquilo que recebem cotidianamente pelo trabalho que realizam, ou aceitam as condições impostas por aqueles que compram os materiais coletados ou acabarão passando fome. Portanto, equivocam-se os cooperados quando supõem que seus clientes não valorizam seu trabalho. Muito pelo contrário, ao pagarem pouquíssimo pelo que compram, tais clientes se apropriam da maior parcela do valor, das horas socialmente necessárias de trabalho que estão materializadas na massa de lixo coletado e selecionado.

Embora pela ótica dos grupos excluídos essa relação funcione como sua alternativa de sobrevivência, a única que a sociedade do capital os reservou, o valor criado por seu trabalho de coleta e seleção de lixo resulta em favorecimento do próprio sistema que os exclui pelo fato de se constituir em fonte criadora de mais-valia. Isso sem contar com o benefício público proporcionado por seu trabalho que, enfim, contribui com a coleta pública de lixo, benefício social esse cujo valor não está contemplado na baixa remuneração que recebem. Essa é uma faceta sórdida de parte do discurso do desenvolvimento sustentável, o qual, "em atenção ao bem estar das futuras gerações", se redimi por infligir uma brutal exploração à grande parte das gerações atuais.

Podem ser enquadradas nessa mesma situação diversas espécies de cooperativas de produção ou prestação de serviço cujo produto é atraído pelo mercado capitalista. Embora bifurcadas entre aquelas cuja atividade requer a aquisição de matéria-prima no mercado e aquelas que não o requer, em ambos os casos as cooperativas são alcançadas pela extração de valor operada pelo capital. Quando compram mercadorias que servirão de matéria-prima ou de material auxiliar em seus processos produtivos, os cooperados contribuem com a realização do lucro para o capital, que decorre da transformação da mercadoria em dinheiro pela sua comercialização. O mesmo se dá quando os cooperados compram seus próprios meios de subsistência. Quando não precisam comprar matéria-prima ou materiais auxiliares no mercado, a mercadoria produzida ou o serviço prestado pelos cooperados funciona como instrumento de redistribuição da renda, que, como já vimos, muitas vezes se processa no confronto entre os próprios trabalhadores, viabilizando a subsistência dos mais pobres com parcela da renda dos demais²⁵. No entanto, esse mecanismo de redistribuição da renda acaba por deslocar, da alçada do capital para o bolso dos trabalhadores, parte do custo de sobrevivência dos grupos excluídos, barateando ao capital o custo-de-reprodução-da-força-de-trabalho que se mantém viva e disponível à sua eventual necessidade, e ainda produzindo, como foi visto, os demais efeitos de barateamento. Da mesma forma, as modalidades de ajuda mútua que os grupos excluídos desenvolvem em suas comunidades – como creches e lavanderias comunitárias que liberam as mulheres para trabalhar e obter renda, mutirões para construção e reforma de moradias etc. -, ao mesmo tempo em que expressam a existência de relações econômicas que não se confundem com o mecanismo de acumulação de riqueza, deixam evidente a sua forma de dominação por esse mecanismo; pois na medida em que, realizando tarefas à base de pura força de trabalho mal remunerada, representam barateamento para o capital dos requisitos de sobrevivência de suas comunidades, que novamente subsistem em condições precárias e à total disposição do sistema.

²⁵ *Os clubes de troca atenuam tal confronto, visto que a valoração das mercadorias é realizada em grupo com a utilização de uma moeda social (moeda que tem um trânsito limitado a determinados locais ou a um grupo determinado de pessoas, e cujo reconhecimento social como medida de valor e como meio de troca tem validade também circunscrita a esses grupos e locais). Essa alternativa foi muito comum na Argentina em crise ao longo dos anos 90. Trata-se de encontro entre pessoas para cambiar mercadorias de sua própria produção ou propriedade. No Brasil, cabe destacar o Banco Palmas, em Fortaleza no Ceará. Maiores detalhes em Melo (2004).*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acumulação capitalista soergue-se da exclusão social que segue progressivamente criando. O mesmo processo social que exclui se realimenta da existência social dos grupos excluídos. De modo contraditório, torna-se cada vez menor o tempo requerido na produção de mercadorias supostamente destinadas a "satisfazer necessidades humanas". Contudo, continua a se elevar, de modo abrupto, o tempo que camadas crescentes da população mundial carecem trabalhar, de forma precária, para simplesmente satisfazerem as necessidades mais básicas da própria sobrevivência. O sistema entretém e anestesia esses indivíduos por meio do esforço descomunal que são compelidos a fazer para simplesmente se manterem vivos na base do rolo compressor da produção capitalista.

A irreversibilidade dessa circunstância exige do pensamento crítico e das propostas de desenvolvimento econômico fincar suas bases sobre as relações sociais pelas quais historicamente se produziram (e continuam a se reproduzir) a vida e a condição social dos grupos excluídos. A exclusão, em qualquer de suas formas, não pode ser avaliada de modo isolado da sociedade histórica na qual existe. Desdobramento de processos sociais anteriores, a sua reprodução, na atualidade, deve ser procurada na lógica da sociedade capitalista. Extorsão de trabalho é a essência do capital, é a artimanha que usa para tudo o que faz, é onde se oculta o segredo de todo o seu poderio produtivo e do seu domínio social. Assim, diante de fatos que há séculos a sociedade capitalista apresenta, é inconcebível acreditar em lentos métodos de inclusão social ante a galopante massa mundial excluída a cada nova rodada de avanços técnicos na estrutura do sistema sócio-produtivo.

O desafio, desse modo, não repousa em tecer conjecturas acerca de profundas transformações sociais que caberão em verdade ao desenrolar do processo histórico. Muito menos em manter a ilusão de que crescimento econômico capitalista (a vassoura que empurra a "poeira-desemprego" para debaixo dos tapetes dos vizinhos) tem algo a ver com desenvolvimento social. Como a sobrevivência não aguarda pela história, permanecem válidas todas as tentativas práticas de reconstituir, coletivamente, alternativas de sobrevivência articuladas entre si, com os Estados e, também, com o mercado, destinadas aos estratos sociais mais explorados pela sociedade capitalista. No entanto, tais alternativas precisam ser potentes o suficiente para oferecer blindagens contra a sua desumana exploração. Isso significa encontrar condições concretas a partir das quais os próprios grupos excluídos poderiam reaver aquilo que lhes é negado ou subtraído – dos direitos sociais à remuneração digna por seu trabalho diário. Em complemento a uma das seis linhas centrais da ação e do pensamento alternativo apontado por Santos (2002), além de promover o acesso dos pobres a uma parcela maior da riqueza social já existente (bens e serviços básicos, em suas palavras), é necessário romper com a forma escamoteada de sua inserção na produção da nova riqueza.

Entendemos ser este um norte donde se tornará possível erigir uma proposta vigorosa de emancipação social e consolidar a continuidade da sua utopia. Dedicar esforços no sentido de recapitular as condições práticas dessa batalha de construção social e de suas implicações sobre a forma de compreender o processo econômico é a missão da qual nos ocuparemos numa próxima oportunidade.

REFERÊNCIAS

BENGOA, José. Entrevista: Combate à extrema pobreza exige um novo movimento abolicionista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14/03/05.

CORAGGIO, José Luis. "Da economia dos setores populares à economia do trabalho" In: *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*.

Salvador: CESE/UCSal, 2000. p. 91-142.

FARIA, Vilmar. SOUZA, Guaraci A. A. de (orgs.). *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis: Vozes/Cebrap. 1980.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Livros I-II-III.

MELO, Heron Albergaria de. *Indicativos da valoração de troca numa iniciativa de economia solidária*. 2004. Dissertação de Mestrado em Análise Regional - UNIFACS, Salvador.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista - o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEDRÃO, Fernando C. *A economia política crítica de Marx*. Salvador: 2005.

_____. *Raízes do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Boaventura de S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TAVARES, M. da Conceição; FIORI, J. Luiz. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes. 1997.